



EXCELENTÍSSIMO SENHOR AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO ISAÍAS LOPES DA CUNHAS

DILIGÊNCIA/MPC: 259/2021

PROCESSO Nº : 4.082-7/2019 (AUTOS DIGITAIS)

UNIDADE : MATO GROSSO PREVIDÊNCIA

ASSUNTO : APOSENTADORIA

RELATOR : AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO ISAÍAS LOPES DA CUNHAS

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, instituição permanente e essencial às funções de fiscalização e controle externo conforme dispositivos das Constituições Federal e do Estado de Mato Grosso, representado pelo Procurador que ao final subscreve, no uso de suas atribuições institucionais, vem respeitosamente à digna presença de Vossa Excelência, nos termos do art. 100 do Regimento Interno dessa Egrégia Corte de Contas (Resolução nº 14/2007) converter a emissão de parecer em

PEDIDO DE DILIGÊNCIA

conforme os fatos e os fundamentos apresentados a seguir.

1. Cuidam os autos da análise, para fins de registro, do **Ato Aposentatório nº**



2.331/2019, que concedeu aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ao **Sr. José Dantas da Silva**, RG nº 0401839-7 - SESP/MT, CPF nº 112.188.511-04, ocupante do cargo efetivo Professor de Educação Básica, C 07, lotado na Secretaria de Estado de Educação, no Município de Cuiabá.

2. A Secretaria de Controle Externo de Previdência, em relatório técnico preliminar, solicitou esclarecimento quanto ao período de contribuição do beneficiário; formulando a seguinte irregularidade:

ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2019 a 31/12/2019 **1) LB15 RPPS_GRAVE_15**. Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários (Legislação do MPS; legislação específica do ente).

1.1) Enviar Certidão de Tempo de Contribuição antes da sua estabilização/efetivação, referente aos períodos de: 03/08/1987 a 31/01/1988; 22/02/1988 a 28/02/1989; 01/03/1989 a 12/02/1990; 12/03/1990 a 28/02/1992; 01/03/1992 a 21/12/1992; 01/03/1993 a 31/12/1993; 07/02/1994 a 31/12/1994; 20/02/1995 a 18/12/1995; 01/03/1996 a 07/01/1997; 03/03/1997 a 01/08/1987; 09/02/1998 a 32/12/1998. Na ausência do envio do CTC – Certidão de Tempo de Contribuição, enviar documentos que possam comprovar o vínculo do interessado com o setor público, tais como: publicação no Diário Oficial do início e término do vínculo. Na inexistência dos referidos documentos, apresentar outros documentos que demonstrem a existência do vínculo funcional, tais como: contrato, ficha funcional, holerites - Tópico - 1.3.1. Do professor na função de magistério

3. Na sequência, o gestor solicitou sucessivas prorrogações de prazo para apresentar a documentação solicitada, todas deferidas pelo relator.

4. Após escoar o último prazo concedido pelo relator, os autos foram encaminhados para o **Ministério Público de Contas**.

5. Entretanto, o Ministério Público de Contas entende que o processo não se encontra devidamente instruído para a sua manifestação definitiva. Pois, na última solicitação de prorrogação de prazo para apresentar a documentação solicitada, o gestor pediu 120 (cento e vinte) dias, e pedido deu entrada¹ no Tribunal de Contas no dia 08/07/2021, e o relator concedeu

¹ Documento digital nº 156840/2021



60 (sessenta) dias úteis², sendo que a resposta ao gestor acerca do deferimento desse prazo ocorreu em 19/07/2021³, conforme abaixo:

Ofício nº	: 176/2021/GASC/ILC
-----------	---------------------

Cuiabá-MT, 14 de julho de 2021

Ao Senhor
ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA
Diretor Presidente do Mato Grosso Previdência

Assunto: Deferimento de Dilação de Prazo - Requerimento nº 5.6158-4/2021

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 2246/2021/GAB/PRESIDÊNCIA, pelo qual Vossa Senhoria solicita prorrogação de prazo para manifestar-se sobre a Pensão concedida ao Sr. **JOSE CARLOS DA SILVA**, comunico o deferimento e concedo dilação de prazo de **60 (sessenta) dias úteis improrrogáveis**.

Desse modo, informo que, caso esse órgão não encaminhe os documentos solicitados no prazo concedido, esta relatoria não terá outra alternativa senão a de devolver o processo a esse órgão, sem julgamento de mérito, podendo, ainda, aplicar as sanções legais previstas, nos termos disposto no art. 75, inciso IV, da Lei Complementar nº 269/2007 e art. 197, § 3º da Resolução Normativa n.º 14/2007/TCE-MT, em razão de sua omissão.

Atenciosamente,

(assinatura digital)¹

BIANCA AUXILIADORA S. T. MARQUETTI
Chefe de Gabinete do Auditor Substituto de Conselheiro
ISAIAS LOPES DA CUNHA

² Documento digital nº 162848/2021

³ Documento digital nº 163037/2021



Tribunal de Contas do Estado de Mato



CUIABÁ-MT, 19/07/2021

Nº Protocolo: 561584 P Ano 2021
Nº Documento: 176/2021
Procedência: 1119320 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Principal: 1154343 MATO GROSSO PREVIDENCIA
Assunto: REQUERIMENTO
Palavra Chave: REQUERIMENTO (DOCUMENTO)
Descrição: REQUER PRORROGAÇÃO DE PRAZO REFERENTE AO PROCESSO N. 225745/2019.

TERMO DE ENVIO

A Resolução Normativa nº 16/2012-TP, trata da comunicação do TCE-MT com seus fiscalizados.
As comunicações oficiais remetidas pelo TCE-MT aos seus fiscalizados, se não lidas até o prazo de 5 (cinco) dias corridos, serão consideradas recebidas, conforme artigo 9º da referida Resolução.
Se o usuário não acessar o PUG para visualizar o documento, este será considerado como recebido em 24/07/2021 09:05:30.
Este documento foi enviado para o(s) seguinte(s) fiscalizado(s):
• MATO GROSSO PREVIDENCIA

6. Dessa forma, ainda não terminou o prazo concedido pelo relator para que o gestor apresentasse a documentação, o que torna temerária a manifestação ministerial nesse momento.

7. Além disso, antes do parecer ministerial deve haver a manifestação da unidade instrutiva acerca da irregularidade indicada no relatório técnico preliminar e sobre o registro do ato.

8. Ante o exposto, **o Ministério Público de Contas**, no uso de suas atribuições institucionais e em consagração ao princípio constitucional do devido processo legal, **converte a elaboração de parecer em diligência**, para que, antes da manifestação ministerial, observe-se o prazo concedido pelo relator para o gestor apresentar a documentação solicitada e a manifestação da unidade instrutiva acerca da irregularidade apontada no relatório técnico preliminar e sobre o registro do ato aposentatório.



Termos em que pede deferimento.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 29 de julho de 2021.

(assinatura digital)⁴

WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR

Procurador-geral de Contas Adjunto

⁴ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.